

ano 9 – n. 17 | janeiro/junho – 2022
Belo Horizonte | p. 1-222 | ISSN 2319-0795
R. Fórum de Ci. Crim. – RFCC

**Revista Fórum de
CIÊNCIAS CRIMINAIS**

RFCC

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA NACIONAL

A educação prisional como direito humano para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha

Benigno Núñez Novo	9
Introdução.....	9
1 A educação prisional no Brasil.....	11
1.1 A falta de acesso à educação prisional.....	12
2 A educação prisional na Espanha.....	20
Considerações finais.....	23
Referências.....	24

A responsabilidade omissiva imprópria do cirurgião-dentista por danos físicos decorrentes de procedimentos estéticos invasivos

Eugênio Geraldo Barroso Costa	27
Introdução.....	27
1 Os casos.....	29
2 O conceito de procedimento invasivo estético e a regulamentação da atividade de cirurgião-dentista.....	30
3 A omissão imprópria.....	32
3.1 Pressupostos e requisitos da omissão imprópria e sua aplicabilidade aos procedimentos estéticos invasivos realizados por cirurgião-dentista.....	32
3.2 Conclusões.....	37
4 Causas de justificação.....	37
4.1 Exercício regular de direito nos procedimentos invasivos estéticos realizados por cirurgião-dentista.....	38
4.2 O consentimento do ofendido.....	39
5 Solução dos casos propostos.....	40
Conclusão.....	41
Referências.....	42

O *compliance* como delimitador da responsabilidade penal dos gestores

Fabianne Manhães Maciel, Paulo Natanael Vieira Lima	45
1 Introdução.....	45
2 Da aplicação da teoria do garante e da responsabilidade do gestor por omissão imprópria.....	47
2.1 Da posição de garante.....	47
2.2 A responsabilidade penal dos gestores à luz da teoria do garante.....	51
3 Do <i>compliance</i> criminal efetivo.....	58
3.1 Conceito de <i>compliance</i> criminal.....	58
3.2 O <i>compliance</i> criminal efetivo.....	60
4 Do afastamento ou da minimização da responsabilidade dos gestores pela existência de programa de <i>compliance</i> efetivo.....	64
5 Conclusão.....	67
Referências.....	68

Justiça restaurativa: a vítima com uma maior atenção no âmbito dos crimes sexuais

João Victor da Silva Monteiro, Alonso Duarte Pereira Júnior	73
Introdução.....	73
1 Breves considerações sobre a justiça restaurativa.....	75
1.1 Conceito.....	76
1.2 A justiça restaurativa no judiciário brasileiro.....	76
1.3 Justiça restaurativa e justiça retributiva.....	78
2 Justiça restaurativa e a dignidade sexual.....	80
2.1 Justiça restaurativa frente ao princípio da dignidade humana.....	80
2.2 O resultado de crimes sexuais terem um impacto tão grande na vida das vítimas....	81
2.3 Resposta da comunidade: programa restaurativo.....	82
3 A justiça restaurativa e a vítima nos crimes sexuais.....	84
3.1 Qual a melhor forma de aplicação da justiça restaurativa através da necessidade e adequação em relação à vítima?.....	84
3.2 Vantagens e desvantagens da aplicação da justiça restaurativa nos crimes sexuais.....	85
3.3 Subsídios para a uniformização da aplicação da justiça restaurativa no Brasil.....	86
Considerações finais.....	89
Referências.....	90

Segurança pública e o sistema prisional: uma análise acerca do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) à luz do princípio da dignidade da pessoa humana

José Nogueira Antunes Neto	93
1 Introdução.....	93
2 Regime Disciplinar Diferenciado e a segurança pública no sistema prisional.....	95
3 Considerações finais.....	101
Referências.....	103

A violência obstétrica e seus aspectos jurídicos e psicológicos vivenciados pelas mulheres

Letícia Duarte Moreira, Tamires dos Santos Souza, Luiz Carlos Pergentino Pereira da Silva	105
1 Introdução.....	105
2 Referencial teórico.....	107
2.1 Evolução histórica da violência obstétrica.....	107
2.2 Formas de violência física e psicológica contra gestantes, parturientes e/ou puérperas.....	108
2.2.1 Violência verbal, psicológica e por negligência.....	108
2.2.2 Violência física.....	109
2.3 Legislação.....	110
2.4 Danos psicológicos causados pela violência obstétrica.....	111
2.5 Como identificar e denunciar um caso de violência obstétrica.....	112
3 Metodologia.....	113
4 Análise de dados e discussão dos resultados.....	114
5 Considerações finais.....	119
Referências.....	120

As medidas protetivas de urgência e as inovações da Lei nº 13.984/20 no combate à reincidência do agressor em casos de violência doméstica

Lucas dos Santos Ferreira, Igor de Andrade Barbosa	121
Introdução	121
1 As formas de violência doméstica contra a mulher	122
1.1 Física	123
1.2 Psicológica	123
1.3 Sexual	124
1.4 Patrimonial	124
1.5 Moral	124
2 As medidas unificadas de prevenção à violência doméstica contra a mulher no Brasil	125
3 As medidas protetivas de urgência como meios de garantia à efetividade da Lei Maria da Penha	127
4 A Lei nº 13.984/20 e a importância do método educacional no combate à reincidência do agressor	129
Conclusão	131
Referências	132

Violência contra a mulher, feminicídio e a ineficácia das medidas de proteção no Brasil

Marcos Neemias Negrão Reis	133
1 Introdução	133
2 A violência contra a mulher na história	134
2.1 Origens da formação social	134
2.2 A evolução emancipacionista feminina	136
3 Instrumentos normativos de prevenção e repressão à violência contra a mulher	137
3.1 Garantias estabelecidas pela Constituição e a existência de normas infraconstitucionais	137
3.2 Espécies de violência	141
3.3 Uma análise crítica à Lei Maria da Penha	143
3.4 O feminicídio e o reflexo na intervenção penal	144
4 Conclusões	147
Referências	148

Da aplicabilidade da teoria do domínio do fato no Brasil e da rejeição às suas interpretações distorcidas

Pablo Vinícius Gomes Nunes, Luciana Santos Silva	151
Introdução	151
1 Complexidades da tipificação penal e considerações sobre o concurso de pessoas	152
2 Teorias acerca da autoria, coautoria e participação	154
2.1 Teoria extensiva	154
2.2 Teoria restritiva	156
2.3 Adoção da teoria restritiva pelo Código Penal brasileiro e sua necessidade de complementação	158
3 Teoria do domínio do fato	159
3.1 Abordagem histórica	159
3.2 Teoria do domínio do fato em Welzel e em Roxin	160
3.3 Discussão da possibilidade de aplicabilidade da teoria do domínio do fato na interpretação do concurso de pessoas do Código Penal brasileiro	163

3.3.1	Principais argumentos contrários.....	165
3.3.2	Prevalência dos argumentos positivos	167
3.4	Teoria do domínio do fato segundo a doutrina brasileira.....	171
3.4.1	Principais espécies de autoria e a participação em face do domínio do fato no Brasil.....	174
3.4.1.1	Autoria direta e indireta	174
3.4.1.2	Autoria intelectual	174
3.4.1.3	Coautoria	175
3.4.1.4	Participação.....	175
3.5	Teoria do domínio do fato na jurisprudência do Brasil	176
3.5.1	Rejeição às interpretações distorcidas da teoria do domínio do fato na AP nº 470	177
3.5.2	Julgados recentes.....	185
	Conclusão	191
	Referências	192

Revenge porn: A resposta legislativa dada por meio das Leis nº 13.718/2018 e 13.772/2018 com a criminalização da exposição de conteúdo íntimo não consensual

Raiza Moreira Delate	195	
1	Introdução.....	195
2	O que é a pornografia de vingança.....	197
3	Primeiro caso emblemático no Brasil – Rose Leonel	200
4	Legislações em vigor que circundam o tema	201
4.1	Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	201
4.2	Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha	203
4.3	Lei Federal nº 12.737/2012 – Lei Carolina Dieckmann.....	205
4.4	Lei Federal nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet	207
5	Os Projetos de Lei nº 5.555/2013, 6.630/2013 e 5.452/2016 e as alterações legais deles decorrentes.....	207
6	Da adequação penal da <i>revenge porn</i> de forma subsidiária	211
7	Conclusões	214
	Referências	217
Instruções para os autores.....	221	